

A crise do Estado de bem-estar social e a globalização: um balanço

Maximiliano Martin Vicente

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VICENTE, MM. *História e comunicação na ordem internacional* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 214 p. ISBN 978-85-98605-96-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

5

A CRISE DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL E A GLOBALIZAÇÃO: UM BALANÇO

“Los desheredados de la tierra quieren ir a Disneyworld, no a las barricadas.” (Thomas Friedman)

“Una frase como ésa merece un puesto en la posteridad al lado de la declaración de la reina María Antonieta cuando se enteró de que el pueblo de París se había revelado y reclamaba el pan que no tenía: ¡Que coman pasteles!, dijo.” (Ignacio Ramonet)

Existe uma coincidência entre representantes das mais diversas correntes de pensamento no sentido de apontar a crise do Estado de bem-estar social como um dos elementos importantes desencadeadores das transformações que levariam à nova configuração do mundo denominada Nova Ordem Internacional.¹ O Estado de bem-estar

1 Aqui utilizaremos a expressão “Nova Ordem Internacional” para designar as discussões sobre o que pode ser a organização social e política pós-guerra fria. Essa expressão ganhou força quando, em 1988, o então presidente da União Soviética, Mikhail Gorbachev, falava ante as Nações Unidas sobre a necessidade de arbitrar um “consenso universal”, pois a humanidade se dirigia para “uma nova ordem mundial”. Em 1990, o então presidente dos Estados Unidos,

social era um projeto cogente para recuperar o vigor e a capacidade de expansão dos países capitalistas após a tensão social, econômica e política do período entre guerras. Tanto que o estabelecimento do Estado de bem-estar social, entre as décadas de 1940 e 1960, ficou conhecido como “era dourada do capitalismo” por ser um momento de desenvolvimento econômico, com garantias sociais e oferecimento, praticamente, de emprego pleno para a maioria da população nos países mais desenvolvidos. A expansão industrial, mesmo que com índices diferenciados, tanto acontecia nos países capitalistas como nos socialistas.

Esse cenário propiciou o crescimento econômico industrial e a implementação das políticas sociais com uma aliança entre os diferentes setores da sociedade: os empresários, a classe média e os trabalhadores. O momento dourado chegou a ser visto como uma nova Revolução Industrial, por causa do crescimento da produção mundial e do aumento de consumo. Toda essa expansão ocasionou uma nova reurbanização, acarretando consequências não desejáveis em razão do aumento do uso dos combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural), mas que pouco incomodavam, uma vez que os resultados econômicos minimizavam as vozes de quem alertava para a maneira como esse processo acontecia. Ainda deve ser lembrado que a aparente euforia não minimizava o embate, não declarado, da guerra fria.

Nesse contexto, as eventuais distensões desencadeavam medidas imprevistas, evidenciando a fragilidade na qual se construía o denominado desenvolvimento. De fato, bastou o acirramento entre os árabes e israelenses para alterar o quadro promissor. As crises do petróleo de 1973 e 1979 interfeririam de maneira decisiva no desencadeamento do fim do Estado de bem-estar social. No ambiente da

George Bush, aproveitava a expressão para descrever o novo nível de colaboração atingido entre as nações após a guerra fria, sobretudo com relação à atuação das Nações Unidas ao repelir a agressão produzida no Golfo Pérsico. Desde então, a frase caiu nos círculos acadêmicos e jornalísticos. Apesar dessas discussões, a nova ordem mundial carece ainda de definição real, motivo pelo qual ainda não existe consenso em relação ao conteúdo dessa expressão.

guerra fria, essas crises, além de quadruplicar o valor do petróleo e do gás natural da URSS, representaram uma das jogadas do bloco soviético para estrangular o abastecimento de combustíveis da potência norte-americana.²

Essas crises do petróleo, somadas à insatisfação das empresas privadas com o modelo de Estado vigente, isto em razão das altas cargas de impostos cobradas pelo Estado de bem-estar social, levaram à consolidação das críticas das correntes defensoras de outras concepções de Estado e de sociedade.³ A expansão do Estado de bem-estar social começou a ser ameaçada em um momento crítico, em que a carga tributária atingiu níveis alarmantes para a lucratividade e o desempenho do setor privado, o que também cooperou para intensificar a crise no final da década de 1970 e início dos anos 1980.

A consequência imediata dessa crise econômica e estatal resultou na intensificação das pressões políticas em favor do dismantelamento do sistema de Estado de bem-estar social, considerado ineficaz para reverter esse quadro pouco promissor. As portas estavam abertas para novas propostas destinadas a enfrentar as altas taxas de inflação e os preocupantes índices de paralisação econômica.

2 A denominada crise de 1973 aconteceu em contrapartida ao apoio dos Estados Unidos dado a Israel em relação à ocupação de territórios palestinos durante a guerra do Yom Kippur. Como represália, os países árabes organizados na Opep decidiram aumentar o preço do petróleo em mais de 300%. O embargo pretendia ainda pressionar o mundo ocidental a apoiar os árabes contra os israelenses. Em 1979, a paralisação da produção iraniana, como consequência da revolução islâmica liderada pelo aiatolá Khomeini, provocou o segundo grande choque do petróleo, elevando em mais de 1000% o preço médio do barril iraniano. Os preços permaneceriam altos até 1986, quando voltaram a cair.

3 Não se pretende desenvolver as ideias defendidas por Keynes, apenas destacamos algumas que são do nosso interesse. Para ele, a economia se alimenta do crescimento proporcionado pelo aumento de capital que, inevitavelmente, gera um ciclo de benefícios para toda a sociedade. Assim, o Estado teria como função principal estimular o crescimento agindo em setores em que a iniciativa privada não teria interesse. Daí resulta um Estado ativo, interventor nas questões econômicas e políticas, responsável final pelo desenvolvimento da sociedade. Para isso, os impostos forneceriam o capital necessário para implementar as políticas sociais. O resultado era um Estado voltado para manter o crescimento e o bem-estar da população.

Dentre as muitas sugestões discutidas naquele momento, uma ganhou força, a denominada ideologia neoliberal. Perry Anderson (1995) aponta a década de 1940 como o momento no qual se sedimentaram as primeiras visões neoliberais na cidade de Mont Pèlerin. Nela, intelectuais do mundo inteiro se reuniam, anualmente, para debater, discutir e criticar as ideias dos seguidores de Keynes, ou seja, dos defensores do modelo de Estado de bem-estar social. Em contrapartida ao intervencionismo estatal, advogavam a implantação de um capitalismo livre de regras e de qualquer outro entrave que freasse seu desenvolvimento.

Anderson considera como fundador desse grupo Friederich Hayek. Para ele e os demais seguidores de suas teorias, os problemas enfrentados pelos países ocidentais provinham das pressões do operariado por melhores salários, o que resultava em despesas excessivas por parte do Estado. A solução, então, seria uma contenção dos gastos com bem-estar e a criação de “um exército de reserva” para imobilizar os sindicatos. O “exército de reserva” caracterizava as massas desempregadas que se intensificaram desde a instauração do Estado neoliberal. Assim, o Estado de bem-estar social adquiriu a imagem de mau administrador da economia, com a consequente desmoralização e a acusação de ser inoperante, constituindo um empecilho para o progresso econômico. Concomitantemente, defendiam-se a livre-iniciativa e a valorização das organizações econômicas, uma vez que elas detinham as condições para dinamizar a economia diante do fracasso do Estado.

Na avaliação de Hobsbawm (1995), também os anos 1970 aparecem como momento-chave no qual se operaram transformações importantes a ponto de inaugurar uma nova conjuntura econômica, política e social. Em sua opinião, vislumbra-se já o teor do que aconteceria, em termos de transformação política, nesse período pós-Estado de bem-estar social.

Encerrou-se um extenso período de governo centrista e moderadamente social-democrata [...]. Governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e

laissez-faire, chegaram ao poder em vários países por volta de 1980. (Hobsbawm, 1995, p.245)

Desse modo, as ideias neoliberais, formuladas pela sociedade de Mont Pèlerin, encontravam uma razão para existir e todo um contexto para serem arraigadas. As fórmulas de Estado neoliberal apareciam como as melhores soluções para aquele momento e para o avanço do capitalismo na disputa com o bloco socialista em plena vigência da guerra fria.⁴ Dessa maneira, políticas neoliberais começaram a ser implantadas com a “transnacionalização” – expansões das empresas transnacionais – e pelo avanço e maior desenvolvimento das tecnologias modernas e dos sistemas financeiros.

A década de 1990 iniciou-se sobre as ruínas do muro de Berlim, entronizando o mercado como instância suprema de coordenação das atividades econômicas e instigando os Estados a baterem em retirada não só nas áreas em que – agora comprovadamente – não tinham competência para estar. (Dupas, 1999, p.230)

O neoliberalismo, então, ganha força no modelo capitalista e a nova economia de mercado se afirma. O novo liberalismo (neoliberalismo) preza o mercado livre global. Nele “as empresas, corporações e conglomerados transnacionais adquiriram preeminência sobre as economias nacionais” (Ianni, 1995, p.46). Dando sustentação ao processo, uma nova divisão internacional do trabalho e a flexibilização dos processos produtivos surgiram, entre outras manifestações do capitalismo, sempre em escala mundial.

Intensificou-se e generalizou-se o processo de dispersão geográfica da produção, ou das formas produtivas [...] tudo isso ampla-

4 Dentre as muitas ideias atribuídas ao neoliberalismo, quatro predominam: liberalização, privatização, desregulamentação, desestatização. Fruto delas tomam-se, especificamente, em função de cada realidade, outras medidas complementares, mas sempre procurando atender a esses quatro pilares.

mente agilizado e generalizado com base nas técnicas eletrônicas [...] Globalizaram-se as instituições, os princípios jurídico-políticos, os padrões socioculturais e os ideais que constituem as condições e produtos civilizatórios do capitalismo. (Ianni, 1995, p.47-8)

Nessa conjuntura, surgem tentativas de explicar os rumos seguidos pelo mundo diante dos acontecimentos que mostravam o fim do modelo socialista e o triunfo do capitalismo agora sem opositores suficientemente fortes para questionar sua hegemonia. O acirramento das interpretações sobre essa nova ordem logo evidenciou o antagonismo de versões e interpretações, como veremos a seguir.

Mas voltemos, antes, às frases que iniciaram este capítulo. Elas foram extraídas de um debate sobre a globalização do qual participaram Thomas Friedman e Ignacio Ramonet. Friedman mantinha um posicionamento mais receptivo, mais aberto, quase de diálogo e de aceitação do fenômeno da globalização. Ramonet, ao contrário, tecia duras críticas ao processo da globalização, alertando sobre os males e as desigualdades que ocasiona, principalmente, entre os povos mais pobres do planeta. Os argumentos exibidos no transcorrer desse embate, consolidados nas suas obras, mostram a incompatibilidade de suas concepções. Abordaremos inicialmente o ponto de vista de Friedman, otimista na hora de avaliar os novos formatos que o mundo adquiriria.

Para Friedman (1999, 2002), não é possível compreender o tempo em que se vive sem levar em consideração o passado, principalmente as últimas décadas do século XX, mais concretamente o período denominado “guerra fria”. Para ele, a globalização representa a substituição natural de um sistema decadente implantado no transcorrer dos anos em que o mundo viveu a polarização estabelecida entre o capitalismo e o socialismo. Tal sistema, salienta Friedman, não é mais uma nova moda ou tendência econômica, representa uma resposta a toda uma trajetória de erros acontecidos nas décadas anteriores. Esses erros, quase que inevitavelmente, conduziram o mundo para a globalização. Se antes o mundo vivia em função do confronto das tendências bipolares, na atualidade aparece integrado, inserido

dentro de umas normas universais aceitas e válidas para todos, sem restrições.

Essa integração, segundo Friedman, ganhou força com a adoção das novas tecnologias no sistema produtivo, notadamente a computação, a microtecnologia, a fibra ótica e a internet, modelo vigente nos Estados Unidos. A globalização manifesta e cria sua própria cultura dominante – a cultura americana –, caracterizada pela tendência de homogeneização das outras culturas. As pessoas, de acordo com Friedman, estariam sendo levadas a se inserir numa comunidade cultural desconhecida até esse momento. Tal comunidade vive de maneira mais centralizada e totalitária, pois envolve as pessoas na sua totalidade. Nesse novo mundo, a diversidade cultural desaparece e prevalecem os valores da cultura dominante, ou seja, a americana.

Com base nisso, Friedman sustenta, categoricamente, que, seja para o bem ou para o mal, a globalização tende a americanizar as culturas. Ele conhece e expressa, de maneira clara e incisiva, as reações que essa situação de mudança gera no cotidiano das pessoas: perda da identidade, insegurança, medo, instabilidade e valorização do trabalho. Nesse novo mundo, a diversidade cultural desaparece.

Friedman toma cuidado em assentar suas observações nos estudos de outros economistas que contribuíram, de maneira decisiva, para a consolidação do processo da globalização: Josef Schumpeter e o presidente da Intel, Andy Grove. Esses autores comungam de um princípio comum: defesa da liberdade de circulação do capital no planeta. Schumpeter, antigo ministro austríaco da Economia e professor da Universidade Harvard, expressou em sua obra clássica, *Capitalismo, socialismo e democracia*, a crença de que a essência do capitalismo é um processo de destruição criativo por representar o ciclo perpétuo de destruição de produtos ou serviços velhos, menos eficientes, e sua consequente substituição por outros novos, mais eficazes. Friedman se apropria do caráter inovador de Schumpeter para justificar as novas formas de entender o funcionamento do capital.

Grove, em suas análises sobre a globalização, remonta à ideia de Schumpeter de que só os paranoicos sobrevivem no mundo contemporâneo. Por meio dessa assertiva, aborda e explica a vida levada

pelas pessoas que moram em Silicon Valley. De alguma forma, essa maneira psicopata de viver – sempre dependendo das inovações, do trabalho e da tecnologia –, tal como fora entendida por Grove, penetrou no mundo dos negócios do capitalismo e da globalização. Ainda de Grove, Friedman extrai a noção de que na atualidade se realizam, de maneira cada vez mais rápida, dramáticas inovações que alteram totalmente a forma de se efetuar a produção no sistema industrial. Em razão desses avanços tecnológicos e da velocidade com que ocorrem as transformações, as inovações consideradas de ponta no sistema produtivo tornam-se obsoletas muitas vezes antes mesmo de chegar ao mercado. Por essa razão, afirmava Grove, só os paranoicos sobrevivem. O mundo está reservado para os que pensam no futuro, não para aqueles que vivem do passado ou permanecem apenas com a visão do presente. Inovação e criação seriam as duas condições essenciais para poder sobreviver nessa nova configuração social.

Dessa maneira, Friedman monta os alicerces de seu pensamento otimista em relação ao processo da globalização. Os principais argumentos apresentados para justificar seu ponto de vista podem ser resumidos nos itens seguintes:

- a) Defesa parcial da noção Estado-nação, uma vez que no processo de implantação da globalização ainda é necessária a presença do Estado.
- b) A relação entre Estado-nação e mercados globais tende a restringir as ações dos Estados, com a consequente delimitação de sua atuação, pois os centros econômicos mundiais adotam medidas que têm de ser incorporadas pelos países defensores desse processo da globalização. A propensão, portanto, seria chegar ao fim dos Estados nacionais.
- c) A tendência caminha no sentido de estabelecer o equilíbrio entre o poder dos Estados e as liberdades individuais, ou, se preferir, colocar no mesmo patamar o individualismo e o poder coletivo. Aqui, Friedman apela, mais uma vez, para as novas tecnologias e as facilidades de mobilização social criadas

pela globalização. Nesse sentido, para ele, não se podem colocar entraves nem à mobilização nem às iniciativas individuais.

As considerações de Friedman, nevralgias para o sistema global, ignoram a complexidade envolvida em temas tão delicados. De fato, as relações culturais e as divergências de identidade, as peculiaridades de cada povo e cada cultura, entre os inúmeros pontos que poderíamos apontar, são completamente menosprezadas. Suas observações justificam a supremacia dos mercados e a defesa da individualidade como formas de solucionar qualquer entrave questionador da livre-iniciativa ou da liberdade do sistema produtivo.

Não resta dúvida de que os desdobramentos das ideias desse autor ganharam grande impulso não apenas entre os frequentadores da sociedade de Mont Pèlerin, mas também entre outros “cristãos-novos”, na medida em que se programavam medidas globalizadoras que aparentemente davam certo. Em praticamente todos os países, surgiram defensores de pontos de vista semelhantes aos de Friedman. No caso do Brasil, um desses autores identificados em inúmeros pontos com Friedman foi Mario Henrique Simonsen (1995). Em 1994, momento em que se adotava o Plano Real, Fernando Henrique Cardoso apresentou algumas ideias necessárias para que o Brasil chegasse preparado e competitivo ao mundo globalizado. Adiantou a proposta de algumas reformas que inevitavelmente deveriam ser realizadas para o país ter êxito no mundo globalizado. Apenas para ilustrar, dentre as propostas defendidas por Simonsen incluíam-se pontos como a regulação do mercado pela livre competição de preços (no sistema de livre comércio sobrevive quem acerta e desaparece quem erra), defesa do Estado como instrumento de superação dos obstáculos para adotar a livre-iniciativa, incorporação de medidas para desregulamentar e flexibilizar as relações de trabalho, a privatização das empresas estatais e a implementação das reformas da previdência e tributária para desonerar o Estado. Suas afirmações, evidentemente, não poupavam críticas ao modelo marxista de estatização e centralização da economia realizada pelo Estado. Para Simonsen (1995, p.47), a economia socialista é como um dinossauro

cibernético. Funciona como uma panela de pressão sem válvula de segurança para a pressão que pode, eventualmente, sofrer.

Princípios como o do livre mercado, a livre-iniciativa, a manutenção de um Estado mínimo, modernização tecnológica e a supremacia da cultura americana – entendida como cultura dominante e hegemônica – constituem o eixo do novo sistema mundial proveniente da superação do modelo criado em razão da guerra fria. As vantagens inerentes a esse sistema em contraposição às dos anteriores correspondem à visão otimista da globalização. Não resta dúvida de que Friedman soube muito bem captar esses sinais como pontos essenciais e positivos para a nova ordem proveniente da superação da etapa da guerra fria.

De maneira totalmente oposta às observações de Friedman, Ignacio Ramonet (2001a, 2001b, 2002a, 2002b, 2003) traz para discussão ideias ignoradas pelo ex-ministro da Economia austríaco. Para esse jornalista e pensador, existem na globalização duas dinâmicas poderosas e contraditórias: fusão e fissão. Esse autor verifica como muitos Estados procuram alianças consideradas necessárias para sobreviver dentro desse mundo globalizado, movimento denominado de fusão. A ideia desejada nesse processo consiste na busca e soma de forças, principalmente econômicas, para conseguir garantias nas operações realizadas. Quanto maior for o potencial dos aliados – economicamente falando –, maior será o potencial de crescimento econômico. Entretanto, alerta Ramonet, em decorrência desse movimento de integração, diversas comunidades aparecem e entram em cena (fissão), perdendo, com o passar do tempo, seus valores e identidades por causa do contato com “aliados” mais poderosos. Por essa razão, Ramonet acredita na existência de um forte componente destrutivo dentro da globalização.

Como exemplo de fusão e fissão, Ramonet lembra o processo da unificação da União Europeia e o desmembramento da antiga URSS. No primeiro caso, ocorreu o fortalecimento econômico e político de alguns países (fusão). Culturas locais minoritárias entraram em processo de colisão com outras mais fortes e predominantes, sofrendo perdas de identidade, tendendo, conseqüentemente, a desaparecer

(fissão). Já o desmembramento da União Soviética realizou um processo semelhante, embora seja mais político que cultural. De fato, enquanto permaneceu como uma união de repúblicas socialistas (fusão), exercia certo poder de pressão. Entretanto, a criação de diversos Estados e o surgimento de movimentos separatistas minaram a liderança exercida até esse momento (fissão). Obviamente, essas relações implicam componentes muito mais complexos do que os que aqui estamos apresentando. As citações de Ramonet apenas referendam a existência de um movimento contraditório na globalização.

Na sua ótica, as consequências sociais da globalização têm sido muito fortes e desastrosas, ocasionando inúmeros problemas para contingentes populacionais nos mais diversos continentes e países. Por essa razão, sua interpretação sobre a globalização não é tão otimista tal como acontecia com Friedman. Entende Ramonet que, na década de 1980, a globalização recebeu um forte impulso durante os governos ultraconservadores da primeira-ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher, e do presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan. No mandato desses dois dirigentes, espalharam-se e se consideraram válidos, para o mundo inteiro, os princípios defendidos por Friedman. Concomitantemente, aumentaram as desigualdades, o desemprego e a deterioração dos serviços públicos. Esse processo, pelo menos até o momento em que acontece o debate, resultou na incerteza em relação ao futuro, na supremacia dos grupos mais poderosos, no estabelecimento da irracionalidade, na concentração de renda entre os países e nos países, em suma, numa perda constante da qualidade de vida para a maioria dos habitantes do planeta.

O que encontramos no mundo globalizado?, indaga-se Ramonet. Sua resposta é contundente: pobreza, analfabetismo, violência, surgimento de doenças, guerras... A quinta parte mais rica da humanidade possui e concentra 80% dos recursos do planeta, enquanto a quinta parte mais pobre fica, apenas, com 5% da riqueza. Do total da população mundial (ele considera o número de 6 bilhões de habitantes existentes no mundo), apenas 500 milhões vivem confortavelmente. Inclusive na União Europeia, encontram-se milhões de desempre-

gados e pessoas nos limites da linha de pobreza. A fortuna das 358 pessoas mais ricas do mundo soma mais do que a renda dos 45% mais pobres. Esse é, de acordo com Ramonet, “o maravilhoso mundo novo da globalização”.

Ramonet não acredita que a solução desses graves problemas possa vir, unicamente, da ação da mão invisível do mercado ou do crescimento econômico. Ele denomina as ideias de seu oponente como o corolário do pensamento único. Tal pensamento, ainda de acordo com Ramonet, nasceu em 1944, época do Acordo de Bretton Woods. Na evolução e consolidação de seus princípios, organismos e instituições econômicas e monetárias, como o Banco da França, o Bundesbank, a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, passaram a ser os porta-vozes da política do pensamento único.

Dando continuidade às suas críticas, Ramonet sustenta que as instituições e os organismos internacionais, geralmente, usam o saber acumulado das universidades, ou de alguns membros das universidades, para ampliar e divulgar a nova ordem estabelecida no pós-1944. Ramonet afirma que praticamente todas as faculdades de economia do mundo, os jornalistas, os escritores, os cronistas e os dirigentes políticos aceitam os mandamentos da Nova Tábula da lei que acabam sendo constantemente repetidos pelos meios de comunicação de massa. Algumas das “bíblias” dessa nova ordem estabelecida seriam: *The Economist*, *Far Eastern Economic Review*, a agência Reuters e *The Wall Street Journal*. Os grandes investidores e detentores da riqueza mundial são fiéis leitores dessa literatura. Por sua vez, os meios anteriormente enumerados não deixam de repetir ideias e fatos que favorecem e legitimam o mundo globalizado. A repetição constante, tática usada pelo jornalismo para conseguir a persuasão, acaba minando as oposições, inclusive os marxistas mais convictos não ficam incólumes diante do volume de informações. Qual seria a grande ideia que querem que seja aceita pelas pessoas? Ramonet é taxativo ao sustentar que, apenas, desejam que se acredite no trunfo e na predominância da economia sobre a política. Aliás,

esse seria o primeiro e principal mandamento do pensamento único: o deus do momento é o mercado.

Os outros mandamentos derivam do primeiro e principal: “a mão invisível do mercado corrige as desigualdades e disfunções do capitalismo”, “os mercados financeiros possuem os sinais para orientar e determinar o movimento geral da economia”, “o comércio livre sem barreiras é um fator de desenvolvimento econômico e social”, “a globalização da produção manufatureira e, especialmente, dos fluxos financeiros deve ser estimulada a qualquer custo”, “a divisão internacional do trabalho amaina as questões trabalhistas e diminui os custos com a mão de obra” e “ter uma moeda forte é uma obrigação para todos os países, assim como deve ser um princípio constante a desregulamentação e privatização das companhias estatais”.

A globalização, segundo Ramonet, se assenta em dois pilares ou paradigmas inabaláveis. O primeiro reside na comunicação que, de forma lenta e persistente, está desbancando a noção de progresso tal como se entendia antigamente. O segundo diz respeito ao mercado. Ele substitui, na atualidade, a coesão social e a ideia de que a sociedade deve funcionar como um relógio. Como se sabe, no relógio cada componente tem uma função específica, permitindo que a máquina de medir o tempo funcione de maneira harmônica e mecânica. Essa metáfora do século XVII, empregada para explicar o funcionamento social, é usada por Ramonet para exemplificar a predominância da nova lei social, política e econômica, base de sustentação social e alicerce do progresso: o mercado.

Para Ramonet, a explicação de como funciona a sociedade é mera consequência da submissão de todas as atividades diante desse novo “poder”. Os valores fundamentais das sociedades inseridas na globalização são semelhantes nas mais diversas partes do planeta: benefícios rápidos, eficácia e competitividade. A sobrevivência social ocorre, apenas, para os mais fortes, para aqueles que levam esses valores até suas últimas manifestações. Sobreviver, afirma Ramonet, equivale a competir dentro de uma sociedade muito próxima da selvagem. Ocorre, de certo modo, o darwinismo econômico e social, no qual cada ser humano é chamado a mostrar suas competências

e habilidades para sobreviver. Assim, prossegue Ramonet, existem dois tipos de pessoas na sociedade globalizada: os solventes e os insolventes ou, se preferir, os adaptados e os inadaptados ao mercado. O mercado é intransigente com os insolventes ou inadaptados. Caso não consigam seguir as novas normas estabelecidas, sofrerão a marginalização e a exclusão.

As desigualdades, os problemas sociais, o trunfo de mercado sobre o resto das atividades sociais, a concentração de riqueza nas mãos de poucos países e de poucas pessoas, a submissão e a junção dos meios de comunicação aos grandes grupos econômicos aparecem como o grande ideário imposto pela globalização. Como podemos perceber, essa concepção não apresenta o otimismo manifestado por Friedman nas suas abordagens relacionadas com a globalização. Ao contrário, a crítica e o pessimismo permeiam as observações de Ramonet.

Se pensarmos e compararmos as duas visões expostas nas páginas anteriores, mesmo que brevemente, verificaremos como algumas aproximações podem ser encontradas entre as manifestações de Friedman e de Ramonet. De fato, ambos coincidem quando afirmam que a globalização é um fenômeno mundial que surge em substituição de um modelo que se esgota na década de 1980. Talvez o radicalismo das suas visões leve a um mesmo patamar de explicações no sentido de que ambos não aceitam pontos que podem ser importantes para compreender os rumos no pós-guerra fria. Assim, outras interpretações devem ser trazidas à tona para termos elementos suficientes para estabelecer um balanço mais adequado sobre as versões envolvendo o mundo recente.

Um dos mais consistentes mapeamentos relacionados à globalização foi o realizado por Held & McGrew (2001). A construção do conceito “globalização”, segundo esses autores, conta apenas com rótulos que tentam estabelecer linhas mestras de argumentação sobre o tema, que buscam dar conta do assunto. Porém, ainda não se esgotaram as discussões sobre a globalização, tendo em vista a complexidade das diversas interpretações conhecidas atualmente.

Held & McGrew (2001) dividem os estudos sobre a globalização em dois grandes grupos de pensamento: céticos e globalistas. Os

primeiros defendem a ideia de que a globalização não é diferente da transnacionalização, pois ela não é total, não cobre todo o globo. Já os globalistas acreditam que a globalização parece ser indeterminada porque é produto de forças múltiplas e dinâmicas, processo de inter-relação nos campos político, econômico, cultural, militar, tecnológico etc., e deve ser entendida fase a fase, como uma mudança de longo prazo.

Os aspectos culturais da globalização neste texto não são, *a priori*, fundamentais. Porém, vale o esforço de estudá-los para entender sua dinâmica, em busca de uma maior compreensão desse movimento global. Céticos e globalistas, conforme Held & McGrew (2001), admitem o fortalecimento de um nacionalismo cultural, mas discordam sobre sua força diante da exposição a outras culturas.

Os céticos apostam no vínculo entre as culturas nacionais e sua referência política, pois as identidades nacionais foram criadas em virtude do Estado-nação, pelo sistema de educação e da mídia. Tal sistema também consolidou a cultura popular na comunidade, tornando-a forte o bastante para não ser desgastada por forças transnacionais.

Já os globalistas dizem que a escala, a intensidade, a velocidade e o volume de comunicação entre países são tão volumosos que, além de aumentarem significativamente a exposição a outras culturas, rompem o elo do ambiente físico e a situação social, criando uma consciência global emergente, formando as bases culturais de uma sociedade civil global.

Compartilhando de uma visão ora globalista, ora cética sobre os aspectos culturais no mundo globalizado, Ianni (1999) acredita, primeiramente, que a cultura rompe fronteiras geográficas e histórico-culturais, fazendo que os povos encontrem novos horizontes com a universalização da informação, provocando assim a recriação das singularidades de cada cultura. Porém, o autor destaca que as mesmas relações que promovem a integração acabam suscitando o antagonismo, já que as diversidades e desigualdades são colocadas frente a frente, podendo, sim, conforme Held & McGrew (2001, p.42), haver o reforço da cultura local:

[...] embora os novos sistemas de comunicação possam dar acesso a similares distantes, eles também geram uma consciência da diferença. [...] Conquanto essa consciência possa favorecer a compreensão cultural, muitas vezes ela leva a uma acentuação do que é característico [...]. A consciência do “outro” não garante, em absoluto, a concordância intersubjetiva.

Vale ainda observar que o acesso à cultura nacional, como já dito anteriormente, é viabilizado tanto pelo Estado-nação e pelo sistema de educação quanto pelas empresas e mídia nacionais, enquanto o acesso a outras culturas se dá por meio de empresas multinacionais, seja de produtos importados, seja de mídia e entretenimento. Apesar de não estar isenta de interesses econômicos, a “máquina cultural” nacional fica, muitas vezes, em desvantagem diante do poderio econômico internacional e se vê recriada, por causa da integração promovida pelo contato cultural ditado pela economia.

Conhecer o processo do relacionamento entre culturas nacional e transnacional exige o estudo de muitas outras variáveis. Não cabe aqui promover uma discussão sobre o assunto, mas fica claro que ambas as possibilidades (de reforço da cultura nacional e do surgimento de uma global), defendidas por céticos e globalistas, podem acontecer, visto que, conforme Santos (2002), a globalização afeta a vida econômica, política e cultural, as relações interpessoais e até a subjetividade dos indivíduos, de uma maneira ou de outra.

Os meios de comunicação de massa assumem posição de ferramentas para todo o movimento de globalização. A eles se atribui o dinamismo com que se vencem fronteiras, culturas, idiomas, religiões, regimes políticos, diversidades e desigualdades socioeconômicas e hierarquias raciais:

Em poucos anos, na segunda metade do século XX, a indústria cultural revoluciona o mundo da cultura, transforma radicalmente o imaginário de todo o mundo. Forma-se uma cultura de massa mundial, tanto pela difusão das produções locais e nacionais como pela criação diretamente em escala mundial. São produções musi-

cais, cinematográficas, teatrais, literárias e muitas outras, lançadas diretamente no mundo como signos mundiais ou da mundialização. (Ianni, 1995, p.94)

Sobre os aspectos econômicos, ainda segundo Held & McGrew (2001, p.50-1), as diferenças entre o pensamento cético e o globalista aumentam. Para os céticos, não há a globalização da economia, mas, sim, uma internacionalização em que os vínculos entre determinados países se acentuam, excluindo outras nações; e não há um padrão de economia global:

Até entre os Estados da OCDE, que são sem dúvida as mais interligadas de todas as economias, as tendências contemporâneas sugerem apenas um grau limitado de integração econômica e financeira (Feldstein e Horioka, 1980; Neal, 1985; Zevin, 1992; Jones, 1995; Garrett, 1998). Seja no tocante às finanças, à tecnologia, ao trabalho ou à produção, os dados não confirmam a existência ou a emergência de uma economia global única (Hirst e Thompson, 1999). Até as empresas multinacionais, conclui-se, continuam predominantemente cativas dos mercados nacionais ou regionais, ao contrário de sua imagem popular de “capital móvel” (Tyson, 1991; Ruigrok e Tulder, 1995).

Os globalistas, por sua vez, destacam que, se não houvesse interação econômica, movimento de capitais e câmbio e comércio mundial instaurado, crises econômicas localizadas não produziriam colapsos em todo o globo. Contra-argumentando o pensamento cético, os globalistas defendem que a regionalização das economias dá mecanismos aos Estados para que se insiram nos mercados globais. Além disso, acreditam que não existe mais uma tríade econômica⁵ como apontam os céticos, mas, sim, uma era pós-hegemônica em

5 A tríade econômica, segundo os céticos, é formada por três grandes centros da economia global – Estados Unidos, Japão e Europa – que exerceriam poder sobre as relações econômicas mundiais.

que “nenhum centro isolado pode ditar as regras do intercâmbio e do comércio globais” (ibidem, 2001, p.61).

Apesar de a ala globalista mais radical enxergar que os mercados globais escapam efetivamente à regulamentação política, outros reconhecem o surgimento de um sistema de gestão econômica multies-tratificada e pluralista. Além dos órgãos regionais (Mercosul, União Europeia...) e da sociedade civil transnacional emergente (Câmara Internacional do Comércio, campanhas por interesses comuns...), existem as instituições multilaterais de gestão econômica global – de caráter público – como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio.

Vista por esse prisma, a política da gestão econômica global é muito mais pluralista do que admitem os céticos, uma vez que as instituições globais e regionais exercem considerável autoridade independente. (Held & McGrew, 2001, p.67)

Parte dos teóricos globalistas defende que as instituições multilaterais são locais, visto que o controle das grandes potências é mediado e a globalização econômica é contestada pelos Estados mais fracos e órgãos da sociedade civil organizada transnacionalmente.

Parte do pensamento globalista, no entanto, se aproxima do cético, pois acredita que tais instituições não têm autoridade independente quando adotam programas que ampliam o controle do mercado global sobre a vida econômica nacional, como agentes do capital global e dos países mais ricos do planeta. Para os céticos, a gestão da economia mundial ainda depende da disposição de os Estados mais poderosos – na prática, os governos do G8 – policiarem o sistema, e, assim, são suas preferências e interesses que têm precedência.⁶

6 A sigla G8 corresponde ao grupo dos oito países mais ricos e influentes do mundo: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Canadá, França, Itália, Reino Unido e Rússia. Antes chamada de G7, a sigla alterou-se com a inserção da Rússia, que ingressou no grupo em 1998.

Stiglitz (2002) concorda com a visão de céticos e globalistas de orientação social-democrata e proporciona uma visão prática de como a gestão da economia globalizada – por meio das instituições multilaterais ditas independentes – atinge a autoridade política dos Estados-nação, traçando o perfil dessas agências e de suas políticas e atividades.

O papel das instituições multilaterais assim se resume: a Organização Mundial do Comércio, que regula e fiscaliza o comércio internacional; o Banco Mundial, que ajuda com empréstimos os países em desenvolvimento a crescer com estabilidade e sustentabilidade e a reduzir a pobreza; e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que surgiu com o intuito de exercer pressão sobre os países que não contribuem para o equilíbrio da economia mundial e fornecer liquidez na forma de empréstimos para que isso ocorra, quando necessário.

Ao criar o FMI, a cúpula de dirigentes das principais nações desenvolvidas do globo acreditava na necessidade de pressionar os países para obter políticas econômicas mais expansivas em benefício de todos. Entretanto, segundo Stiglitz (2002), atualmente o Fundo Monetário Internacional concede recursos somente aos países que adotam as políticas econômicas recomendadas por ele.

As políticas econômicas sugeridas pelo Fundo Monetário Internacional baseiam-se no fundamentalismo de mercado – uma “verdade absoluta” entre os economistas do FMI – que diz ser a demanda igual à oferta e os mercados, autorreguladores. Tal conjunto de políticas apresenta-se como um melhoramento do pensamento liberal, agora somado à tecnologia da informação e à consequente diminuição dos custos de operações financeiras e comerciais entre países.

A doutrina neoliberal também se manifesta nas próprias ideias que sustentam a globalização. Segundo Santos (2002, p. 132), isso ocorre:

[...] atrás da própria produção e difusão das idéias, do ensino e da pesquisa. Todos obedecem, de alguma maneira, aos parâmetros estabelecidos. [...] É o chamado pensamento único. [...] É uma forma de totalitarismo muito forte, insidiosa, porque se baseia em idéias que aparecem como centrais à própria idéia da democracia – liberdade

de opinião, de imprensa, tolerância – utilizadas exatamente para suprimir a possibilidade de conhecimento do que é o mundo, do que são os países, os lugares.

Um característico exemplar de um “protocolo” neoliberal é o Consenso de Washington, um conjunto de políticas voltadas para solucionar os problemas da América Latina durante as décadas de 1980 e 1990. Suas recomendações estavam alicerçadas na austeridade fiscal, na privatização e na liberalização de mercado.

Tais políticas foram implementadas de maneira excessiva e muito rapidamente, excluindo outras políticas que se faziam necessárias, gerando crises quase que imediatamente. Stiglitz (2002, p.119-20) comenta as razões pelas quais o Consenso de Washington não deu certo, em virtude da maneira como foi colocado em prática:

[...] a liberalização do comércio, acompanhada por altas taxas de juros, é uma receita praticamente certa [...] para a criação de desemprego [...] a liberalização do mercado financeiro sem o acompanhamento de uma estrutura regulamentar apropriada é uma receita para a instabilidade econômica [...] a privatização, sem o acompanhamento de políticas de concorrência e a necessária supervisão para garantir que os monopólios não se tornem abusivos, pode ocasionar a elevação de preços [...] a austeridade fiscal, quando implementada às cegas, [...] pode levar a grande desemprego e a um retalhamento do contrato social.

Sem contar que, ainda para Stiglitz (2002), o Consenso de Washington não tratou devidamente de questões como distribuição de renda e justiça social. Na maior parte da América Latina, depois de uma curta explosão de crescimento no início da década de 1990, estabeleceram-se a estagnação e a recessão e, conseqüentemente, o aumento da desigualdade social e da miséria. Assim, as instituições financeiras internacionais não garantiram a estabilidade econômica global, não propiciaram o crescimento sustentável dos países em desenvolvimento e não tiveram êxito em reduzir a pobreza.

Held & McGrew (2001) também destacam que a globalização econômica está associada a uma defasagem acelerada entre os países ricos e pobres, o que começa a produzir colapsos sociais em todo o globo. Mas, sobre as causas da acentuação da desigualdade em nível mundial, céticos e globalistas têm visões extremamente distintas, bem como o são suas interpretações sobre as consequências do tema para a governabilidade e solidariedade nacional e internacional.

Sobre a governabilidade, Stiglitz (2002) destaca que a face econômica da globalização, apoiada nas instituições internacionais, detém poder de decisão que se sobrepõe, muitas vezes, à vontade de governos das nações em desenvolvimento. Caso um país não siga as condições impostas pelo FMI, este se recusa a emprestar-lhe dinheiro. Praticamente forçados a adotar as políticas sugeridas, os países em desenvolvimento acabam por abrir mão de parte de sua soberania, ficando expostos aos interesses do capital. Por esse e outros motivos, a globalização é vista como um sistema totalitário. Santos (2002, p.146) aponta tal característica:

Eu chamo a globalização de globalitarismo, porque estamos vivendo uma nova fase de totalitarismo. O sistema político utiliza os sistemas técnicos contemporâneos para produzir a atual globalização, conduzindo-nos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão, que exigem obediência imediata.

A ideia de globalitarismo combina com o fato de que as políticas neoliberais não reconhecem a necessidade de um governo atuante na gestão da economia de seus países. Para os “homens” que regem a economia global, os mercados livres, desimpedidos, “liberais”, funcionam perfeitamente. Tendo seu papel de gestor econômico reduzido, o Estado atua com dificuldades. Ianni (1995, p.48-9) aponta que:

Algumas das características “clássicas” do Estado-nação parecem modificadas, ou radicalmente transformadas. As condições e as possibilidades de soberania, projeto nacional, emancipação nacional,

reforma institucional, liberalização das políticas econômicas ou revolução social, entre outras mudanças mais ou menos substantivas em âmbito nacional, passam a estar determinadas por exigências de instituições, organizações e corporações multilaterais, transnacionais ou propriamente mundiais, que pairam acima das nações.

Aí se encontram os entraves para o pleno exercício das políticas públicas nos países que seguem o pensamento neoliberal e as recomendações do Fundo Monetário Internacional. Entretanto, Stiglitz (2002, p.299) insiste no papel fundamental dos governos na escolha da política a ser seguida e na promoção da estabilidade econômica:

[...] os países que mais têm se beneficiado são os que assumiram o controle de seus próprios destinos e reconheceram o papel a ser desempenhado pelo governo no desenvolvimento, em vez de permanecerem na dependência de uma idéia de mercado auto-regulador capaz de solucionar os próprios problemas.

O Estado pode criar políticas alternativas às “recomendações” neoliberais e procurar garantir justiça social. Nações que assim o fizeram experimentaram crescimento e estabilidade econômica e social. Dentre essas políticas, Stiglitz (2002) ressalta a promoção de uma infraestrutura institucional e legal para que os mercados funcionem eficazmente, além de regular o setor financeiro, promover a tecnologia necessária e, principalmente, fornecer redes de segurança e combate à miséria.

Globalistas de orientação neoliberal acreditam que a abertura de mercado é o caminho para a geração de riquezas e a diminuição da pobreza (contando com o efeito em cascata da prosperidade) e aceitam as desigualdades como “naturais”, acarretadas pela intervenção multilateral dita necessária para corrigir as consequências da globalização econômica desigual. Para os neoliberais, “tais diferenças desaparecerão com a modernização conduzida pelo mercado” (Held & McGrew, 2001, p.70).

Os globalistas de orientação social-democrata defendem que a globalização é responsável direta pelo aumento das disparidades em todo o planeta, sob três aspectos:

[...] a segmentação da força de trabalho mundial entre os que ganham e os que perdem com a globalização econômica; a crescente marginalização dos perdedores da economia global; e o desgaste da solidariedade social das nações, uma vez que os sistemas de assistência social não podem ou os governos não querem arcar com os custos de proteger os mais vulneráveis (Lawrence, 1996; Castells, 1997; Cox, 1997; Dicken, 1998; Gray, 1998; Scharpf, 1999).

De acordo com Held & McGrew (2001, p.73), tais fatores acabam por dividir as nações e desgastar a base da solidariedade social tanto nos países de economias avançadas – onde a competitividade global enfraquece as coalizões sociais e inibe a aplicação de políticas eficientes de proteção social – quanto no mundo em desenvolvimento – onde “os programas de assistência social supervisionados pelo FMI e pelo Banco Mundial restringem severamente os gastos públicos com o bem-estar social”.

Para os autores, há a necessidade de uma nova negociação global entre países ricos e pobres. Isso implicaria um repensar sobre a democracia como projeto nacional, não se esquecendo de que as nações devem estar inseridas num sistema de gestão global que combine eficiência econômica com segurança humana:

A reconstrução de um projeto social democrático exige a busca coordenada de programas nacionais, regionais e globais que regulem as forças da globalização econômica – a garantia, em outras palavras, de que os mercados globais comecem a servir às populações do mundo, e não o inverso. Estender a democracia social para além das fronteiras também depende de fortalecer os laços de solidariedade entre as forças sociais, nas diferentes regiões do mundo, que procurem contestar ou resistir aos termos da globalização econômica contemporânea. Assim como o sistema de Bretton Woods criou uma

ordem econômica mundial conducente à busca da democracia social nacional, faz-se necessário um novo pacto (social democrático) global, afirmam muitos globalistas, para domar as forças da globalização econômica e criar uma ordem mundial mais justa e mais humana. (Held & McGrew, 2001, p.73-4)

Para isso, o Estado-nação precisa assumir o controle da política econômica e social e, como explicitado anteriormente, buscar soluções para garantir justiça social, algo que o processo globalizatório até hoje não promoveu.

Parece evidente o desdobramento dessas visões para as empresas. Existe a necessidade de ampliar seu raio de ação, assim como se torna vital modernizar e diversificar sua produção. Na prática, passou-se de empresas multinacionais para transnacionais. Em razão do propósito de nosso trabalho, procuraremos verificar como tal processo se operou no âmbito da comunicação, pois seria ilusão que o caráter mercantil não chegasse a esse segmento mais voltado para a informação e o entretenimento. Essa preocupação se estuda mais detidamente no próximo capítulo.